

Comunicação, Mídias e Educação

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

/Promotion
/Research
/Business
/Development
/Engineering
/Manufacturing
/Planning

Atena
Editora
Ano 2019

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

(Organizadora)

Comunicação, Mídias e Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C741	Comunicação, mídias e educação [recurso eletrônico] / Organizadora Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-344-6 DOI 10.22533/at.ed.446192205 1. Aprendizagem. 2. Comunicação – Pesquisa – Brasil. 3. Comunicação na educação. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu Torres. CDD 371.1022
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Essa obra reúne um conjunto de pesquisas sobre as novas tecnologias e técnicas aplicadas à comunicação. O compilado de artigos traz contribuições relevantes para a comunidade científica e profissionais da área.

O e-book, composto por 36 artigos, apresenta diálogos contemporâneos e reflexões sobre o papel da comunicação nos mais diversos âmbitos. Estudos analisam o uso das novas mídias na educação e avaliam a convergência dos meios na partilha de informações e aprendizagem em conjunto. Pesquisas também retratam o consumo midiático, culturas comunicacionais e as manifestações no espaço urbano.

Há artigos sobre o ambiente *comunicacional* digital e o impacto das novas tecnologias na sociedade. Autores também discutem as discrepâncias entre as visões de mundo dos jornalistas e dos usuários de redes sociais e o papel dos meios de comunicação na representação da realidade. O volume traz pesquisadores de peso que compartilham conhecimento e estimulam novos estudos na área da comunicação.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OS PRIMEIROS PASSOS DO MUSEU DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (MUGEO): HISTÓRICO E ACERVO	
Lena Simone Barata Souza Ezequias Nogueira Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.4461922051	
CAPÍTULO 2	16
CARTOGRAFÍA DIGITAL INTERACTIVA DE LO PATRIMONIAL: DEL RELATO AL “DATO” Y VICEVERSA	
Liliana Fracasso David Aperador Francisco Cabanzo	
DOI 10.22533/at.ed.4461922052	
CAPÍTULO 3	33
A UTILIZAÇÃO DE MAQUETES E IMAGENS TÁTEIS COMO IMPULSIONADORAS DO APRENDIZADO PARA CEGOS E PESSOAS COM BAIXA VISÃO NAS GEOCIÊNCIAS	
Loruama Geovanna Guedes Vardiero Rodson Abreu Marques Tamires Costa Velasco Matheus Gomes Fanelli Jeruza Lacerda Benincá Barbosa Sandro Lúcio Mauri Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.4461922053	
CAPÍTULO 4	45
REPRESENTAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA TV: UMA ANÁLISE DA SÉRIE “SOBRE RODAS” COM O PARATLETA FERNANDO FERNANDES	
Antonio Janiel Ienerich da Silva Henrique Alexander Grazzi Keske	
DOI 10.22533/at.ed.4461922054	
CAPÍTULO 5	62
ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA EXPERIÊNCIA NARRATIVIZADA: AS REDES SOCIAIS COMO LUGAR DE FALA PARA SUJEITOS QUE CONVIVEM COM O AUTISMO	
Igor Lucas Ries	
DOI 10.22533/at.ed.4461922055	
CAPÍTULO 6	74
DISCURSO CIENTÍFICO E DISCURSO ACADÊMICO: SOBRE UM POSSÍVEL GESTO POLISSÊMICO DE LEITURA	
Bianca Queda Costa Solange Maria Leda Gallo	
DOI 10.22533/at.ed.4461922056	

CAPÍTULO 7	78
PARSER E LEITURA AUTOMATIZADA DE CURRÍCULOS DA PLATAFORMA LATTES PARA EXTRAÇÃO DE INDICADORES ACADÊMICOS E TECNOLÓGICOS	
Fernando Sarturi Prass Franklin Matheus Boijink Alexandre de Oliveira Zamberlan	
DOI 10.22533/at.ed.4461922057	
CAPÍTULO 8	96
ANOTAÇÕES SEMÂNTICAS EM REPOSITÓRIOS ACADÊMICOS:UM ESTUDO DE CASO COM O RI UFBA	
Aline Meira Rocha Lais do Nascimento Salvador Marlo Vieira dos Santos e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4461922058	
CAPÍTULO 9	113
CONTEÚDO AUDIOVISUAL DO CURSO DE PEDAGOGIA SEMIPRESENCIAL DA UNESP/UNIVESP	
Dayra Émile Guedes Martínez José Luís Bizelli	
DOI 10.22533/at.ed.4461922059	
CAPÍTULO 10	120
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: APRENDIZAGEM EM REDE	
Daiane de Lourdes Alves Ângela Cutolo	
DOI 10.22533/at.ed.44619220510	
CAPÍTULO 11	132
DESAFIOS DA TUTORIA EM EAD E ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DE CASO	
Tamara de Lima Lorayne de Freitas Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44619220511	
CAPÍTULO 12	143
CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE CONHECIMENTO – VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS COM A METODOLOGIA ATIVA	
Reyla Rodrigues Ribeiro Levy Silva Ribeiro Bruno Bernardes de Menezes Raquel Aparecida Souza	
DOI 10.22533/at.ed.44619220512	

CAPÍTULO 13	154
MATHQUIZ: UM JOGO EDUCATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS	
José Marcelo Silva Santiago Monck Charles Nunes De Albuquerque Francisco Ranulfo Freitas Martins Junior Fernanda Kécia De Almeida Yuri Soares De Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44619220513	
CAPÍTULO 14	165
A MÍDIA COMO VERTENTE INTERDISCIPLINAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA	
Sebastião Jacinto dos Santos João Clemente de Souza Neto Marcos Júlio Sergi	
DOI 10.22533/at.ed.44619220514	
CAPÍTULO 15	180
EDUCAÇÃO VISUAL: DESENVOLVIMENTO GRÁFICO DE FASCÍCULOS COM CONTEÚDO DIDÁTICO	
Caroline de Cerqueira Medeiros Fabiola Arantes de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.44619220515	
CAPÍTULO 16	194
CULTURA VISUAL E IDENTIDADE DOS ALUNOS DO CAP-UERJ	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
DOI 10.22533/at.ed.44619220516	
CAPÍTULO 17	205
JUVENTUDES INTERIORANAS: ESTUDANTES DE PUBLICIDADE E SUAS MANEIRAS DE COMUNICAR	
Renata Valeria Calixto de Toledo	
DOI 10.22533/at.ed.44619220517	
CAPÍTULO 18	215
FARTURA TRAZ ALEGRIA! O FUNK OSTENTAÇÃO E AS SUBJETIVIDADES JOVENS	
Juliana Ribeiro de Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.44619220518	
CAPÍTULO 19	227
REPRESENTATIVIDADE E GÊNERO NAS PRODUÇÕES MUDIÁTICAS: DILEMAS E APROXIMAÇÕES	
Ariana Grzegozeski Schneider Márcio Giusti Trevisol	
DOI 10.22533/at.ed.44619220519	
CAPÍTULO 20	238
A AUTOACEITAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE A PARTIR DE UM CASO REAL	
Bruno Filipe Griebeler	
DOI 10.22533/at.ed.44619220520	

CAPÍTULO 21	254
A PERFORMANCE ENQUANTO FLUXO DE COMUNICAÇÃO NA MODA	
Antonio Cimadevila Ione Maria Bentz	
DOI 10.22533/at.ed.44619220521	
CAPÍTULO 22	266
A MIDDLEWARE PERSPECTIVE FOR INTEGRATING GINGA-NCL APPLICATIONS WITH THE INTERNET OF THINGS	
Danne Makleyston Gomes Pereira Francisco José da Silva e Silva Carlos de Salles Soares Neto Álan Lívio Vasconcelos Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.44619220522	
CAPÍTULO 23	280
UMA ABORDAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE DESEMPENHO DO RECONHECIMENTO OFF-LINE DE VOZ CONTÍNUO	
Lucas Debatin Aluizio Haendchen Filho Rudimar Luís Scaranto Dazzi	
DOI 10.22533/at.ed.44619220523	
CAPÍTULO 24	297
INVESTIGAÇÃO ONTOLÓGICA DA OBRA DE ARTE DIGITAL: LINGUAGEM UBÍQUA, MODELO DE DOMÍNIO E PROGRAMAÇÃO VOLTADA PARA AS ARTES VISUAIS	
Teófilo Augusto da Silva Claudio de Castro Coutinho Filho Carlos Tiago Machel da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.44619220524	
CAPÍTULO 25	306
A INFLUÊNCIA DA TRIDIMENSIONALIDADE NA NARRATIVA ANIMADA: <i>FROZEN</i> E O USO DA ESTEREOSCOPIA	
Paula Poiet Sampedro Danilo César Granatto Leonardo Antonio de Andrade Antonio Henrique Garcia Vieira Carolina Lourenço Reimberg de Andrade Felipe Contartesi	
DOI 10.22533/at.ed.44619220525	
CAPÍTULO 26	317
UMA NARRATIVA PROCEDURAL DENTRO DO UNIVERSO FICCIONAL DA DC COMICS	
Leonardo Antonio de Andrade Felipe Contartesi Antonio Henrique Garcia Vieira Carolina Lourenço Reimberg de Andrade Paula Poiet Sampedro Danilo César Granatto	
DOI 10.22533/at.ed.44619220526	

CAPÍTULO 27	332
FINAL FANTASY XV: A NOVA APOSTA MULTIPLATAFORMA DA FRANQUIA	
Maria Tereza Batista Borges	
Mirna Tonus	
DOI 10.22533/at.ed.44619220527	
CAPÍTULO 28	339
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM JOGOS VIRTUAIS: UM ESTUDO SOBRE CORPO E ESTRATÉGIA NO JOGO <i>LEAGUE OF LEGENDS</i>	
Cíntia Oliveira Demaria	
Márcia Stengel	
Valéria Freire de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.44619220528	
CAPÍTULO 29	352
GAMEPÓLITAN: UMA ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO, UTILIZANDO-SE DO E-SPORT COMO FERRAMENTA DE ENGAJAMENTO	
Luana Britto Silva Vieira	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.44619220529	
CAPÍTULO 30	368
MÍDIAS DIGITAIS E O SITE DO COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL	
Carlos Augusto Tavares Junior	
DOI 10.22533/at.ed.44619220530	
CAPÍTULO 31	410
HOMOGENEIDADE E ENDOGENIA NOS INTERESSES DE JORNALISTAS DESCONECTAM VALOR NOTÍCIA E POPULAÇÃO	
Ana Maria Brambilla	
DOI 10.22533/at.ed.44619220531	
CAPÍTULO 32	425
O ENQUADRAMENTO DO <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF (PT) NAS REVISTAS <i>VEJA</i> E <i>CARTA CAPITAL</i>	
Carla Montuori Fernandes	
Eduardo Matidios Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.44619220532	
CAPÍTULO 33	437
PARTICIPAÇÃO E MÍDIA: UM DEBATE SOBRE A HEGEMONIA DISCURSIVA DO CAPITALISMO	
Michele Luciane Blind de Moraes	
Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44619220533	
CAPÍTULO 34	449
REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE O DOCUMENTÁRIO <i>O ACRE EXISTE</i>	
Daya de Kassia Pinheiro Campos	
Francielle Maria Modesto Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.44619220534	

CAPÍTULO 35 459

PARÂMETROS DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO RADIOFÔNICO SOBRE SAÚDE PARA CRIANÇAS DE SEIS A DEZ ANOS

Diana Diniz de Jesus
Daniela Pereira Bochembuzo

DOI 10.22533/at.ed.44619220535

CAPÍTULO 36 473

SOCIEDADE CIVIL ATIVA NA MEDIAÇÃO DAS RELAÇÕES DO MERCADO PUBLICITÁRIO COM O PÚBLICO INFANTIL

Marcos José Zablonsky
Nataly Navarro Encinas Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.44619220536

SOBRE A ORGANIZADORA..... 490

PARTICIPAÇÃO E MÍDIA: UM DEBATE SOBRE A HEGEMONIA DISCURSIVA DO CAPITALISMO

Michele Luciane Blind de Moraes

Universidade do Oeste de Santa Catarina
Joaçaba – Santa Catarina

Tulainy Parisotto

Universidade do Oeste de Santa Catarina
Joaçaba – Santa Catarina

RESUMO: A pesquisa objetiva apresentar algumas concepções sobre a participação dos cidadãos e a influência discursiva da mídia em documentos oficiais, nomeadamente, o “Todos pela Educação”. Envereda na literatura especializada sobre o tema para demonstrar o caráter instrumental da participação difundido pelos meios de comunicação. Entende que o assunto contribui para a verdadeira democracia e que seu sentido vem sendo esvaziado e manipulado em decorrência de interesses econômicos e hegemônicos. Aponta a necessidade de construção de espaços em que participação possa adquirir função política e de transformação social, diferente da participação, por vezes, manipulada advinda da mídia televisiva ou de documentos oficiais. Em termos conclusivos, alude que a participação efetiva é um contraponto ao sistema neoliberal e que, em algumas situações, é usada pela sociedade civil como estratégia para demonstrar desaprovação na forma como o país é governado ou na

elaboração de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Mídia. Democracia. Capitalismo.

ABSTRACT: The main goal of this research is to present conceptions about popular participation and the discursive media influence in official documents, namely, “All for Education”. Specialized literature about this topic is attached to demonstrate the instrumental feature of popular participation spread by the media. This project understands that this subject contributes to the real democracy and that its meaning is being depleted and manipulated by the economic and hegemonic concerns. It also indicates the necessity of creating new opportunities where popular participation can obtain political and social transformation roles, differing the public participation, when it can be, at times, manipulated by television media or official documents. In conclusion, it alludes that effective popular participation is a counterweight to the neoliberal system and, in some occasions, it is used by the civil society as an approach to demonstrate disapproval in the way that the country is ruled or how the public policies are made.

KEYWORDS: Popular participation. Media. Democracy. Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

A cultura tradicional de preservação de privilégios e de afastamento da população das instâncias de poder, presente na política brasileira desde os primórdios da colonização portuguesa, começou a sofrer perturbações a partir dos anos de 1980 do século XX, após a última tomada do governo pelos militares.

Dessa forma, não podemos perder de vista os grandes episódios que marcaram a história do Brasil, empreendidos por grupos que reivindicavam por mais direitos sociais, pelos direitos da classe trabalhadora e pela democratização do país. Esses episódios foram decisivos para que o Brasil se libertasse do domínio dos colonizadores e se tornasse uma república federativa, de regime democrático. Porém, as lutas históricas não foram suficientes para acabar com alguns privilégios e assegurar que os direitos sociais fossem, de fato, para todos.

Mudanças na forma de compreender o capitalismo contemporâneo e de assegurar a continuidade do projeto social hegemônico passaram a exigir dos governantes manobras na ampliação dos espaços de participação social de modo a assegurar maior poder de governação sem, com isso, perder de vista os interesses da classe dominante.

O conceito de governação, ou governança, é caracterizado pela polissemia. Para Santos, Mendes e Férran (2015, p. 470), o processo de governança “[...] se constitui como um regime de ação pública caracterizada por diferentes padrões de interação entre governo e sociedade, sendo constituído de duas bases: a democracia local e a ampla participação da sociedade nas instâncias de decisão”.

A necessidade de assegurar o poder de governação foi, de certa forma, uma das forças propulsoras de aperfeiçoamento das gestões públicas e, portanto, de ampliação dos espaços de participação social em contextos global e local. Diante dessa explicação, o termo governação poderá aparecer combinado com o conceito de democracia, mas também situado na perspectiva neoliberal. Nesse estudo, o conceito está associado às políticas que apregoam em favor da descentralização de responsabilidades e aperfeiçoamento da máquina pública.

No Brasil, políticas com essa finalidade começaram a ser introduzidas nas instâncias governamentais a partir dos anos de 1990, quando o regime democrático, reintroduzido em nosso país no período pós ditadura militar, começava a vigorar. Assim, a implementação de mecanismos de divulgação desses novos imperativos combinados com a ampliação de espaços de participação da sociedade nos processos de definição e acompanhamento de políticas públicas, mormente na área da educação, harmonizam-se com a descentralização das ações do Estado e de adoção de políticas neoliberais.

Considerando esse contexto, o presente estudo tem por objetivo apresentar algumas concepções sobre o conceito de participação e a influência discursiva da mídia em documentos oficiais, nomeadamente, o “Todos pela Educação”, doravante

denominado TPE. Salientamos que para a comunicação, o conceito de mídia diz respeito a “todo suporte de difusão da informação que constitui um meio intermediário de expressão capaz de transmitir mensagens” (Dicionário online, 2018), utilizando meios de comunicação social de massas como rádio, cinema, televisão, imprensa, satélites de comunicações, meios eletrônicos e telemáticos de comunicação, entre outros.

À vista disso, enfatizamos que não é tarefa fácil pesquisar documentos, especialmente os que possuem um discurso humanitário e sedutor como, por exemplo, o TPE. Por isso, utilizamos a abordagem de Kosik (2002, p. 13) quando afirma que “[...] para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*”. Isso significa que a realidade não é compreendida em um único vislumbre e, sim, que ela é percebida pelos desvios entre fenômeno e essência, sendo a dialética o raciocínio crítico capaz de ampliar a mente em busca da compreensão da realidade.

Todavia, o homem pertence a uma *práxis* histórica, sem compreendê-la, apenas assimila-a por meio da pseudoconcreticidade e, desta forma, muitas vezes naturaliza sua vivência em ações mecânicas. Para exemplificar, Kosik (2002, p. 14), assinala que “os homens usam dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro”. Entretanto, “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo se esconde”.

Em síntese, caso essência e fenômeno fossem a mesma coisa, não precisaríamos estudá-los, porém, a construção de um conhecimento sobre a realidade precisa levar em conta o que se esconde nas entrelinhas e que não está identificado na sua aparência para buscar uma aproximação da essência. Conhecimento este que se desenvolve com o decorrer do tempo e que, para o autor, somente pode ser alcançado com a “decomposição do todo” (KOSIK, 2002, p. 18).

Destarte, o estudo resulta das discussões realizadas na disciplina Seminário de Dissertação, ministrada pela professora Olinda Evangelista, no primeiro semestre de 2018, na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e empreende uma revisão da literatura crítica sobre o tema, tendo em vista a busca por uma aproximação na compreensão da manipulação dos meios de comunicação nas transformações político-institucionais e oportunidades de participação social.

2 | UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO E MÍDIAS

Ao estudar este conceito, infere-se que a participação é uma conquista, advinda de lutas sociais no contexto da democratização da sociedade brasileira, sendo, portanto, um componente fundamental em regimes democráticos. Como direito do cidadão e prática social, está longe de ser uma realidade substancial em nosso país. Aliás, desde sua gênese, sendo privilégio apenas de um grupo seletivo da sociedade.

Mas, o que é participação? Para Bordenave (1985), pelo seu uso indiscriminado, a palavra participação corre o risco de ter seu sentido esvaziado, antes mesmo que sua contribuição fundamental, para a democracia verdadeira, seja compreendida e aproveitada. Em tentativa de aproximação para uma resposta, o autor afirma que “[...] a democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por “fazerem parte” da nação, “tem parte” real na sua condução e por isso “tomam parte” – cada qual em seu ambiente – na construção de uma sociedade da qual se “sentem parte” (BORDENAVE, 1985, p. 23). Ou seja, refere-se à participação em nível amplo, no sentido de que o cidadão interfira nas decisões de forma crítica, consciente e responsável.

De fato, a verdadeira participação é aquela que responsabiliza os cidadãos pelos seus atos, mesmo que o desenvolvimento do capitalismo moderno passou a influenciar drasticamente o cotidiano dos cidadãos e a democratização do Estado tornou-se tema central para a análise das políticas públicas contemporâneas.

O problema é que, conforme salienta Frigotto (2002, p. 53), a democracia de que dispomos é “uma democracia formal, pelo alto e mutilada de seu sentido mais profundo. Vale dizer, uma democracia que não se afirma na base da participação efetiva das massas”. Mesmo que nossa Constituição Federal, promulgada em 1988, tenha princípios democráticos, seja fruto de intensas lutas entre forças sociais e tenha ocorrido em um contexto histórico de crise do capitalismo, ela não foi capaz de oferecer condições de sustentação de seu apelo à democratização nas políticas públicas sociais.

Conforme adverte Wood (2011), o que se assistiu em todos os países, em geral, a partir das reconfigurações no papel do Estado, foi um afastamento cada vez maior do povo nas questões do Estado e do mercado, sendo cada vez menor o número de pessoas que definem as políticas de uma nação. Os ideais desses poucos refletem, na maioria das vezes, os interesses da mesma minoria.

Dessa forma, o conceito de participação, seja nas políticas educacionais ou não, assume contexto muito distinto do modelo pensado por teóricos marxistas, onde prevalecia a assunção da capacidade de emancipação social e de transformação das condições da classe trabalhadora.

Conforme Mézáros (2011, p. 28) “[...] toda conversa de dividir o poder com a força de trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade”. Nesse contexto das políticas neoliberais, a ampliação reificada é observada nos espaços de participação social, restritos à execução das políticas.

Para Carnoy (2013), aludindo ao pensamento de Karl Marx, permite compreender que o indivíduo alienado tem uma participação reificada na construção da sociedade. O indivíduo isolado no processo de produção, destituído do sentido de totalidade social, deixa-se dominar pelo processo produtivo. Nessa condição, a participação é caracterizada pela racionalização crescente dos processos produtivos e sociais

orientados para as relações de produção e não, para a satisfação das necessidades humanas. Essa reificação da participação torna os indivíduos apenas executores de projetos que visam o aumento da produção capitalista. A sua resistência institui a luta de classes que agrega possibilidades de participação comprometidas com a emancipação do trabalho.

Sobre as manobras empreendidas nos processos de governação, Bordenave (1985) alerta que essa forma de participação se caracteriza por ser instrumental, ou seja, ela pode ser manipulada, dirigida ou explorada, sendo muito comum em véspera de eleições onde os meios de comunicação são usados como mecanismos de convencimento do povo tendo em vista determinados fins. Posto que, se organizam conforme modelos forâneos que priorizam o capitalismo e a hegemonia.

Somos testemunhas que os meios de comunicação deixam de incentivar, de acordo com Bordanave (1996) de forma igualitária e solidária, a sociedade participativa. Uma vez que, influenciam o processo educativo formal e não formal, e exercem, em atos de receber e transmitir informações, impacto direto no comportamento econômico e político da sociedade.

Ciente do poder da comunicação e de como é um instrumento atraente de inversão de capital, o qual interfere diretamente nas políticas nacionais, observa-se sua adoção como propulsora da participação instrumental em programas governamentais que proclamam, por exemplo, o comprometimento da comunidade para melhorar as escolas públicas. Essas medidas ensejam envolvimento coletivo e responsabilidade compartilhada com vistas à manutenção da hegemonia burguesa.

3 | CONTEXTUALIZANDO A HEGEMONIA EM DOCUMENTOS OFICIAIS E COMO OPERA A MÍDIA

A partir dos anos de 1990 acentuou-se a prédica humanitária em favor do combate à pobreza e a necessidade da universalização da educação como sustentáculo no constructo de uma sociedade mais justa. Conforme alude Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 428),

[...] predominaram os argumentos em prol da qualidade, competitividade, produtividade, eficiência, e eficácia, ao final da década percebe-se uma guinada do viés explicitamente economicista para uma face mais humanitária na política educacional, sugerida pela crescente ênfase nos conceitos de justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança.

Difundiou-se um discurso com aura positiva, com o fito de despertar diferentes sensações, visando disfarçar os interesses antagônicos, acordos entre a burguesia e os organismos internacionais.

A ideologia da humanização dos serviços públicos se manifesta na expressão da preocupação com os direitos humanos, com a valorização da pessoa, com a igualdade

de oportunidades, com a melhoria da qualidade de vida, com o pagamento da dívida social. Fala-se em cidade humana, hospital humano, atendimento humano, enfim, uma linguagem humanizante para falar de uma realidade desumanizadora (FALEIROS, 2009).

Na asserção de Evangelista (2007, p. 2), que trabalha com a ideia de que os documentos “[...] expressam não apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais”, baseou-se a análise documental deste texto. Os documentos selecionados foram: 1) “Todos pela Educação” – Manifesto pela educação (2016); 2) “Todos pela Educação” – O professor e o sonho (2017); e, 3) “Todos pela Educação” – Manifesto educação já! (2018).

Uma questão inicial sobre os documentos mencionados, de acordo com Pinto (2002), é que surgiram mediante uma necessidade de governação decorrente de vários motivos. Destaca-se a restrição dos investimentos no setor educacional, políticas de incentivo à privatização e uma valorização aligeirada do ensino profissional. Aliada a essas ideias, difundiu-se a noção de que o sucesso e a qualidade da educação dependeriam do envolvimento de todos, ou seja, o compartilhamento de responsabilidades.

Nesse contexto, o organismo TPE, criado em 2005, por um grupo de empresários que totalizam 32 organizações associadas divididas entre mantenedores e parceiros, envereda com propostas para reorientar a educação básica no Brasil.

De acordo com Martins (2009), essa organização identificou que a baixa qualidade da educação brasileira gerou sérios problemas para a capacidade competitiva do país. “O grupo concluiu que a ‘incapacidade’ técnica e política dos governos na realização de políticas educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para o interesse do capital” (MARTINS, 2009, p. 22).

Curiosamente, este grupo une todas as características necessárias para fazer a educação de qualidade que o país tanto precisa, já que conta, em seu núcleo de investidores, com bancos, editoras, empresas que fornecem material didático para as escolas, redes de telecomunicações (para difundir as ideias para a educação), entre outros. Ou seja, há um conluio de interesses econômicos no setor da educação que vai muito além da qualidade no ensino. Inclusive, o grupo atrela a competitividade do país à oferta de oportunidades iguais na educação para todos os cidadãos, sem considerar que as desigualdades sociais são decorrentes de outros fatores como a distribuição de renda, a regionalidade, a infraestrutura da escola, o transporte, a formação de professores, a precariedade no sistema familiar, a violência cotidiana, etc.

O protagonismo empresarial na definição dos rumos da educação precisa de reflexão, na verdade, revela que essa busca de “parceiros”, para ajudar um aparelho estatal incapacitado, “oferece elementos para afirmar que a proposição de ‘parceria’ (ou corresponsabilidade) defendida pelo TPE reforça as estratégias de dominação presentes no Brasil de hoje” (MARTINS, 2009, p. 25).

Diante do explicitado, é possível afirmar que há um comprometimento com a

hegemonia da classe empresarial, que através da mídia (uma grande emissora de TV, parceira do TPE), busca naturalizar e ganhar o aceite da população com uma face humanizada do capitalismo.

Outra perspectiva para a análise de documentos é sugerida por Evangelista (2007, p. 10)

A demanda de análise dos conceitos reiterados nos documentos dos principais órgãos estatais e organismos multilaterais, como Banco Mundial e UNESCO, de onde provêm orientações para a reforma educativa na virada do século, na América Latina e Caribe, sugere a identificação dos conceitos-chave em torno dos quais se estruturam, a identificação dos vocábulos ou expressões que os compõem. Ou seja, há uma teia conceitual nas fontes e ao selecioná-las é necessário explicitar os critérios pelos quais foram estas as escolhidas em detrimento de outras. Em razão da sua aparência é que se pode dizer, de modo genérico e irônico, que elas "mentem". Há nelas mais do que o dito textualmente. O que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está. Ler nas entrelinhas parece recomendação supérflua, entretanto deve-se perguntar-lhe o que oculta e por que oculta: fazer sangrar a fonte.

Diante do exposto, verifica-se a complexidade envolta na análise documental e, por isso, a pretensão de uma descrição e exame pormenorizados do dito e do não dito exigem grande investimento intelectual com intuito de identificar a existência de denotação e conotação, nesses documentos, que carregam intenções e conteúdos ideológicos.

Parece que o exercício de fazer uma teia conceitual, conforme alude a autora, ajuda nessa compreensão. Unificando os três documentos, alguns conceitos estavam evidentes no texto e outros estavam subjacentes, elaborou-se uma teia conceitual exposta na Figura abaixo.



Figura 1: Teia conceitual envolvendo os documentos TPE 2016, 2017 e 2018 disponibilizados na web.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras com base nos TPE de 2016, 2017 e 2018

Nos documentos referidos TPE 2016, 2017 e 2018 algumas reflexões surgiram:

1. A palavra coragem aparece sete vezes no texto e refere ao cidadão que precisa ser corajoso para encarar a mudança, “o que a vida quer da gente é coragem”;
2. A defesa por “uma educação para fazer do Brasil um País desenvolvido e sustentável”, entretanto, os problemas sociais e econômicos não são decorrentes da educação, a pobreza não é decorrente da educação, o mal-uso dos recursos públicos tende a ser um fator primordial na resolução dessas questões;
3. O texto explicita que a educação é uma “missão que é comum a todos, que não exclui ninguém. De todos para todos”. Na verdade, há um compartilhamento de responsabilidades que recai sobre algumas figuras, não todas, inclusive, que tipo de participação os cidadãos têm nas deliberações desse grupo? Nenhuma;
4. Desde a colonização do Brasil, sempre houve uma dependência do capital internacional, portanto, não existe um “projeto de nação” brasileira, outro motivo é a própria desigualdade existente dentro do território nacional, principalmente, entre o norte e o sul;
5. “Valoriza o professor, o principal profissional do País”, “[...] proporcionando-lhes excelentes condições de trabalho”, “se conseguirmos, de fato, ter docentes bem formados e atuando de modo efetivo na entrega da Educação em sala de aula, aí o Brasil mudará completamente de patamar”. Se o professor é o protagonista, por que até hoje não acompanhamos uma valorização do magistério? Por que o salário do professor é tão baixo? Por que as condições de trabalho e segurança são negligenciadas? Essa ideia de valorização, na verdade, traz escondida a culpabilização pelo mau desempenho da escola e, portanto, responsabilização pelos resultados. O próprio texto alude que é preciso de “mais para chegar lá”, com os mesmos recursos, mesma carga horária, ainda assim, o professor deve ser criativo e fazer mais;
6. Quando faz menção ao respeito a “toda vida ao redor”, está buscando a manutenção do capital, porque sempre existirão os ricos e os pobres. Nessa mesma linha, como encontrar um *bem comum* quando nada existe de comum entre ambos?
7. Percebe-se uma abstração do sujeito Todos, “de todos para todos”. Quem são o “Todos”? Pode ser entendido de todos para o setor empresarial, porque afinal, o lucro, volta para esses todos;
8. Há uma perda da autonomia no sistema escolar. Primeiro, quanto a autonomia do professor, consideram “[...] fundamental preparar todos os professores

para assegurar aos alunos o que está na BNCC” – Base Comum Curricular, preparando os alunos para um bom desempenho nas provas em larga escala. Segundo, referente à autonomia do diretor, que no texto de 2017, fica explícita a competência do gestor: “a gestão, de fato, é um dos maiores problemas de nossa Educação hoje”, “um bom professor não é necessariamente um bom diretor”, ou seja, o diretor/gestor precisa ser um estrategista que com o mínimo de recursos fará o máximo na escola, será aquela figura que mobilizará a comunidade e pais no compartilhamento de responsabilidades e ainda fará a empresa, digo, a escola, produzir resultados eficientes e eficazes.

9. “Quando se fala em dinheiro no bolso, Educação importa, sim”, ou seja, educação básica, porque ao saber ler e escrever um cidadão já pode abrir uma conta no banco. E com um mínimo de educação em matemática e português já pode compor o quadro de mão-de-obra barata para as empresas.

Enfim, os itens acima foram alguns pontos ressaltados nos documentos que nos incomodaram e, que são difundidos pela mídia, na sua veia sedutora, com o fito de domesticar uma sociedade utilizando do emprego de palavras que conotam expressões ambíguas e vagas, elaboram discursos manipulados, empregando eufemismos em mensagens persuasivas, que insinuem as qualidades almejadas e disfarçam realidades desagradáveis.

Esta hegemonia precisa ser confrontada, porém, o problema é que o homem não aproveita o poder da comunicação como ferramenta para marcar a sua participação dentro de um projeto que prioriza a transformação social.

Sob este aspecto a escola é fundamental como mecanismo de ensino para capacitar as pessoas quanto ao uso da comunicação e da participação. Entretanto, como fazer isso na realidade atual? Quando as escolas são instrumentos de manipulação? Cujas participações instrumentais estão vinculadas ao controle e regulação pelo Estado neoliberal. O argumento usado é que, como usuários do produto educacional (a força de trabalho), como clientes, têm o direito de determinar que produto querem.

A consequência deste cenário é o trabalho capitalista. Em que o individualismo é a primazia. Porém, numa relação democrática efetiva e em processo de conscientização, cujo interesse é o bem-estar social, o pensamento é no coletivo e não no individual.

A participação democrática efetiva é a causa do conceito de trabalho para Marx, onde o que impera é a produção da existência humana (o meu, o seu, o nosso). É, portanto, o contraposto do controle e da regulação, tendo como alcance final e ideal, a democratização de oportunidades.

Bordenave acreditava que a escola era o “botão” capaz de acionar as mudanças para um mundo mais participativo. Há algumas saídas para este cenário, e Almeida (2013, p. 86) nos apresenta uma enfatizando que é

[...] necessário, então, que a escola seja repensada para que possa transformar

a informação em conhecimento socialmente significativo para o conjunto da população. Pois, o que temos é uma escola que não está em consonância com a sociedade e necessita urgentemente de outras formas de ensinar e aprender, onde a práxis seja possível.

Repensar a escola exige a construção de espaços em que participação possa adquirir função política e de transformação social, diferente da participação, por vezes, manipulada advinda da mídia televisiva ou de documentos oficiais. Em termos conclusivos, atenta-se para as palavras de Shiroma, Moraes e Evangelista (2002, p. 15), “o que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço é o de aprender o que está dito, mas também o que não está e as vozes que pretendem calar”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto, buscou-se analisar o conceito de participação, aclamada, principalmente, pelas mídias sociais e a partir do exposto, pode-se afirmar que a participação é uma conquista, um produto sócio-histórico-cultural que se realiza de forma dinâmica e processual ao longo das lutas sociais, no contexto da democratização da sociedade brasileira.

Constatou-se que foi a partir do movimento de redemocratização do país, em meados da década de 1980, que os espaços de participação começaram a ser incorporados nas políticas públicas. As críticas sobre a atuação do Estado nas questões sociais tornaram-se fortes argumentos sobre a necessidade de reformas do aparelho do Estado. Embora apregoassem o reestabelecimento da democracia, essas reformas voltaram-se muito mais aos interesses de assegurar condições de governação e desenvolvimento capitalista.

O caráter instrumental das políticas de participação criadas a partir de então, colocam em dúvida as possibilidades de implantação de políticas educacionais voltadas para a cidadania e, conseqüentemente, a emancipação política da classe trabalhadora.

Nos documentos analisados, a escola é anunciada como democrática e participativa, todavia, esconde mecanismos de manipulação como forma de amenizar os confrontos com a sociedade. Todos são chamados a participar nesse processo de reforma da educação, com propagandas televisivas sedutoras, porém, o que se busca é delegar responsabilidades que deveriam ser cumpridas pelo Estado.

Parece que ainda falta muito para o Brasil e, quiçá, outros países, alcançar uma participação que permita a transformação social através da apropriação do poder da comunicação como ferramenta para o engajamento na formação de uma sociedade que possibilite maior diálogo, em vista que o modelo de governação em curso segue os pressupostos da ideologia capitalista de conformação neoliberal.

Considera-se que existe um potencial, no brasileiro, para a resistência à

essa opressão. Espaços são disputados, documentos são combatidos, artigos são publicados, produções acadêmico-científicas estão em desenvolvimento e ideias são plantadas onde quer que haja um intelectual que não se deixou manipular e está atento às estratégias do empresariado. Que mesmo dentro do sistema capitalista consegue semear o senso crítico e filosófico na sociedade pensante. Que se preocupa com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Políticas de educação e Estado Avaliador na América Latina: uma análise para além das avaliações externas.** Revista ibero-americana sobre calidad y cambio em educación, v. 11, n. 4, p. 77-91, jul. 2013.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação.** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 105 p.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- FALEIROS, Vivente de Paula. **A política social do estado capitalista.** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FAVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 53-67.
- DICIONÁRIO ONLINE, 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Conceito+de+m%C3%ADdia&rlz=1C1GCEA_enBR755BR756&oq=Conceito+de+m%C3%ADdia&aqs=chrome..69i57j0l5.4403j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 4 out. 2018.
- EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: **INDAGAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**, Caxambu. Reunião Anual da ANPEd, out. 2007.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARTINS, André Silva. **A educação no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”.** Ponta Grossa: Práxis Educativa, v. 4, n.1, p. 21-28, jan.-jun. 2009.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política.** Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).** Campinas: Educação e Sociedade, v. 23, n. 80, p. 108-135, jul.-set., 2002.
- SANTOS, Fabiano S. dos; MENDES, Luciano; FÉRRAN, Judith E. M. Governança democrática e terceiro setor: possibilidades e dificuldades em duas ONGs na cidade de Porto Alegre. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, jul.-dez., 2015, p. 467-477.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Decifrar textos para compreender a política**: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de & EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Site oficial**. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 4 out. 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Manifesto pela Educação**. 21 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/39634/manifesto-pela-educacao/>>. Acesso em: 4 out. 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O professor e o sonho**. Educação: agenda de todos. A trajetória do Todos pela Educação 2006-2016. Todos pela Educação; Moderna: São Paulo: 2017. (p.56-60). Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/tpe_10anos_completo12.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Manifesto Educação Já!** 5 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/44868/manifesto-educacao-ja/>>. Acesso em: 4 out. 2018.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico; tradução Paulo Cezar Castanheira – São Paulo: Boitempo, 2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen: Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UEPG); mestre em Crítica de Mídia (UEPG). Tem 10 anos de experiência em assessoria de imprensa.

Atualmente é proprietária de agência de publicidade que presta serviços na área de marketing e comunicação empresarial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-344-6

